



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
1672
Rls.:
Rubrica: 48

Ata de reunião para Recebimento e Abertura dos Envelopes de Habilitação e Propostas de Preços da **CONCORRÊNCIA Nº 28/2022**, que tem como objeto: **“Restauração da rodovia SE-160, do segmento de trecho: Entr. SE-245 (Riachuelo) / Entr. BR-235, PNV 160ESE0110 à PNV 160ESE0130, com extensão aproximada de 12,80 km, neste Estado,”** nos termos do Edital e seus ANEXOS.

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação do DER/SE, sob a presidência do Bel. Frederico Galindo de Góes, constituída pela Portaria nº 085/2021 e alterada pela Portaria nº 019/2022, do Diretor Presidente do DER/SE, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, bem como da Lei Estadual nº 5.848/2006, a fim de receber e abrir os documentos contidos nos Envelopes: Nº 01 – CREDENCIAL, Nº 02 – HABILITAÇÃO, Nº 03 – CD – HABILITAÇÃO, Nº 04 – PROPOSTA DE PREÇOS e Nº 05 – CD – PROPOSTA DE PREÇOS, da **Concorrência nº 28/2022**, conforme objeto acima descrito. Inicialmente, o Presidente da Comissão, destaca que foi realizada ampla divulgação através da Assessoria de Comunicação, nos 4 (quatro) murais do DER/SE, bem como, pelas entidades representativas de categoria, quais sejam: CREA-SE, SINDUSCON-SE e de outras regionais, CLUBE DE ENGENHARIA-SE, ASEOPP-SE, SENGE-SE, ABDER, e nos sites de divulgação: WAP, BIGMASTER, PESQUISA RCC e do DER/SE, e promovida, ainda, as publicações no, Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e no Jornal de grande circulação local, todos do dia 02/12/2022. A Comissão declarou aberta a sessão, fazendo constar que 28 (vinte e oito) Empresas demonstraram interesse em adquirir o Edital. Compareceram a reunião, conforme credenciais apresentadas no Envelope nº 01, as Empresas: **CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.**, representada pelo Sr. William Pinto Coelho, **CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** representada pelo Sr. Artur de Carvalho Santos Neto, **HECA CONSTRUTORA LTDA.** representada pelo Sr. Pedro Sérgio Ribeiro Andrade, **NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.** representada pelo Sr. Gilberto Oliveira Santos Junior, **SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.** representada pelo Sr. José Marcos da Silva, **TOP ENGENHARIA LTDA.** representada pelo Sr. Luiz Sandro Silva de Almeida e **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.** representada pela Sr^a. Mariana Oliveira Correia de Cerqueira. Após a análise das credencias, os documentos foram rubricados pela Comissão e pelos Licitantes. Ato contínuo, a Comissão solicitou aos representantes das Licitantes os Envelopes nos 02, 03, 04 e 05. Recebidos os Envelopes nos 02, 03, 04 e 05 os quais, ainda lacrados, foram rubricados pelos representantes das Licitantes e pela Comissão. Em seguida, procedeu-se a abertura dos Envelopes nºs 02 e 03, contendo a **Habilitação** das Licitantes, e aposição das devidas rubricas. Em seguida, os representantes das Licitantes foram arguidos quanto ao interesse em registrar manifestações. Por sua vez, a Licitante **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.** alegou o seguinte: *“a NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. não atendeu o item 7.2.3.1., C.1.1. Quanto a Licitante CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, não atende o item 7.2.3.1, ‘g’; Não atende o 7.2.3.1, as certidões do CREA estão vencidas; A certidão Estadual está vencido, não atende ao item 7.1.3; Na empresa TOP ENGENHARIA LTDA. A certidão Estadual e Municipal vencida, não atende ao item 7.1.3.; Não atende ao item 7.2.1.1, alínea ‘a’ do Edital. (não tem a cédula de identidade. E ainda, a Licitante CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. não apresentou a Declaração do Responsável Técnico, item 7.2.3.1, ‘d’, não atende. Por fim, SCAVE*



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTABILIDADE – SEDURBS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Assinatura: _____
Rubrica: _____

SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA. não atende o item da Licença (item 7.2.3.1, g). Passando para o argumento da Licitante **HECA CONSTRUTORA LTDA.** esta, alegou que: “A Empresa **TOP ENGENHARIA LTDA.** não forneceu a licença de operação dentro do estado de Sergipe de acordo com o item 7.2.1 “g” do Edital”. Na vez da Licitantes **SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.** ela aguiiu o seguinte: “que atendeu todos os itens do Edital inclusive o item citado (Licença de Operação de Usina de Própria), Licenças nas páginas 175 a 178; e a **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA** apresenta Certidões vencidas e não atende a Capacidade Técnica.” Finalizando, as Licitantes requereram cópia da Habilitação das suas proponentes”. A Comissão informou que, tão logo providencie as cópias, estas serão disponibilizadas às Licitantes através de e-mail. Nada mais foi dito ou requerido. Diante da complexidade do objeto, a Comissão decidiu suspender os trabalhos para uma análise mais apurada dos documentos habilitatórios pelo setor técnico competente do DER/SE, informando a todos os presentes que o julgamento da fase de Habilitação será proferido e dado conhecimento a todos posteriormente, conforme preconiza o Inciso, I, alínea “a” e § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda, divulgado no sitio eletrônico do DER/SE. Por fim, foi informado que os Envelopes contendo as Propostas de Preços, ficarão retidos com a Comissão, devidamente lacrados e rubricados pelos representantes das Licitantes presentes e pela Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, lavra-se a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes, entregando-se cópia da mesma a todos. Aracaju/SE, 05 de janeiro de 2023.

Frederico Galindo de Góes
Presidente da Comissão de Licitação

Membros:

Dayse Bomfim Santos

Luziete Tavares Carvalho

Vaneide Souza Coelho Menezes

LICITANTES:

CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.

CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

HECA CONSTRUTORA LTDA.

NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

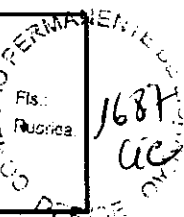
SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.

TOP ENGENHARIA LTDA

TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

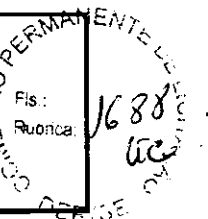


Ata de reunião para julgamento dos documentos habilitatórios da **CONCORRÊNCIA Nº 28/2022**, que tem como objeto: **“Restauração da rodovia SE-160, do segmento de trecho: Entr. SE-245 (Riachuelo) / Entr. BR-235, PNV 160ESE0110 à PNV 160ESE0130, com extensão aproximada de 12,80 km, neste Estado,”** nos termos do Edital e seus ANEXOS.

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação do DER/SE, sob a presidência do Bel. Frederico Galindo de Góes, constituída pela Portaria nº 006/2023, do Diretor Presidente do DER/SE, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, bem como da Lei Estadual nº 5.848/2006, a fim de julgar os documentos contidos no Envelope Nºs 02 e 03 – **HABILITAÇÃO, da Concorrência nº 28/2022**, conforme objeto acima descrito. Iniciando os trabalhos, a Comissão fez a leitura da **Ata de 05/01/2022** de Recebimento e Abertura dos Envelopes de Habilitação das Licitantes: **CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA., CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL., HECA CONSTRUTORA LTDA., NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA., TOP ENGENHARIA LTDA e TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.,** e em razão da necessidade de análise mais detalhada dos documentos apresentados, aquela reunião fora suspensa e a Comissão enviou as Habilitações e questionamentos das Licitantes ao setor técnico competente do DER/SE para conferência e emissão de Parecer. No que lhe compete, a Diretoria Técnica – DITEC do DER/SE proferiu o Parecer Técnico anexado aos autos acerca das Qualificações Técnicas das Licitantes nos seguintes termos: (...) **“I – Do registro em ata.** Por sua vez, a Licitante **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.** alegou o seguinte: **“a NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. não atendeu o item 7.2.3.1., C.1.1. Quanto a Licitante CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, não atende o item 7.2.3.1, ‘g’; Não atende o 7.2.3.1, as certidões do CREA estão vencidas; A certidão Estadual está vencido, não atende ao item 7.1.3; Na empresa TOP ENGENHARIA LTDA. A certidão Estadual e Municipal vencida, não atende ao item 7.1.3.; Não atende ao item 7.2.1.1, alínea ‘a’ do Edital. (não tem a cédula de identidade. E ainda, a Licitante CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. não apresentou a Declaração do Responsável Técnico, item 7.2.3.1, ‘d’, não atende. Por fim, SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA. não atende o item da Licença (item 7.2.3.1, g).** Passando para o argumento da Licitante **HECA CONSTRUTORA LTDA.** esta, alegou que: **“A Empresa TOP ENGENHARIA LTDA. não forneceu a licença de operação dentro do estado de Sergipe de acordo com o item 7.2.1 “g” do Edital”. Na vez da Licitantes SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA. ela aguiiu o seguinte: “que atendeu todos os itens do Edital inclusive o item citado (Licença de Operação de Usina de Própria), Licenças nas páginas 175 a 178; e a TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA apresenta Certidões vencidas e não atende a Capacidade Técnica.” II – Das Exigências de Qualificação Técnica. Os requisitos de Qualificação Técnica exigidos no Edital foram os seguintes: 7.2.3.1. A comprovação da Qualificação Técnica está condicionada a apresentação de cópia dos seguintes documentos: a) Certidão de registro da**



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

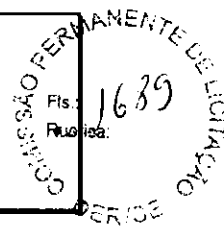


licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente no Estado de sua sede ou do seu domicílio; b) Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) em nome da empresa licitante, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente em nome do(s) profissional(ais) vinculado(s) ao(s) referido(s) Atestado(s), como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da empresa licitante (Acórdão nº 2326/2019-Plenário do TCU), que comprove(m) ter a empresa licitante executado obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital e seus anexos, especificamente nas características e quantidades relativas às parcelas de maior relevância relacionadas abaixo:

1 - Execução de base ou sub-base de brita graduada com brita granítica comercial, exclusive carga e transporte de agregados – 9.117,00 m³; 2 - Execução de concreto asfáltico – faixa C – areia e brita granítica comerciais, sem fornecimento e transporte de material betuminoso, exclusive carga e transporte de agregados e do concreto – 9.522,00 ton. b.1) Em caso de apresentação de mais de um Atestado ou Certidão para cumprimento desta alínea, a empresa licitante deverá fazer a referida identificação; c) Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente, em nome de profissional(ais) reconhecido pela entidade competente, integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante na data prevista para a entrega da Proposta, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT por execução de obra(s) e/ou serviço(s) de características compatíveis e semelhantes às do objeto deste Edital e seus anexos, relativas às parcelas de maior relevância relacionadas abaixo: **1 - Execução de base ou sub-base de brita graduada com brita granítica comercial, exclusive carga e transporte de agregados; 2 - Execução de concreto asfáltico – faixa C – areia e brita granítica comerciais, sem fornecimento e transporte de material betuminoso, exclusive carga e transporte de agregados e do concreto. c.1)** A comprovação de que o profissional indicado na presente alínea integra o quadro permanente da empresa licitante far-se-á através da apresentação de cópia dos seguintes documentos: **c.1.1) Contrato de trabalho por tempo indeterminado; e/ou c.1.2) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; e/ou c.1.3) Ficha de Registro de Empregados; e/ou c.1.4) Contrato de Prestação de Serviço; e/ou c.1.5) Contrato Social e a sua última alteração (caso exista alteração), na hipótese de o profissional ser sócio da empresa licitante, ficando dispensados os documentos exigidos nas alíneas “c.1.1” a “c.1.4” supra. d) Indicação do Responsável Técnico, cuja substituição durante a execução do contrato só será possível por profissional igualmente qualificado, mediante a expressa aprovação da fiscalização do DER/SE, conforme modelo Anexo; e) Declaração de concordância do Responsável Técnico, conforme modelo ANEXO; f) Declaração de Responsabilidade e de Liberação Ambiental, conforme modelo ANEXO; g) Licença de Operação fornecida pelo órgão e/ou entidade ambiental competente da Usina de Asfalto de propriedade da Licitante que será utilizada na execução do objeto licitado. Na falta de Usina de Asfalto própria, a Licitante poderá apresentar a Licença de Operação da Usina de Asfalto de terceiro que será utilizada na execução do objeto licitado, desde que acompanhada de**



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



93 *Termo de Compromisso de Fornecimento firmado entre a Licitante e o proprietário da*
94 *respectiva Usina de Asfalto (Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara do TCU e Agravo de*
95 *Instrumento 837832/MG do STF); h) Declaração de Disponibilidade e Relação dos*
96 *Equipamentos necessários à elaboração do serviço ou obra; i) Declaração de*
97 *Disponibilidade e Relação do Pessoal Técnico necessário à elaboração do serviço ou obra; j)*
98 *Declaração da empresa licitante de que conhece o local da obra, conforme ANEXO,*
99 *devidamente assinada por responsável técnico ou outro profissional indicado pela empresa*
100 *licitante com formação profissional compatível com o objeto licitado, com menção do título*
101 *profissional e número de registro junto ao CREA (de acordo com a Lei nº 5.194/66 e a*
102 *Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 do CONFEA) ou Conselho Profissional*
103 *competente. III – Da Análise Técnica. Com relação a alegação da TORRE*
104 *EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA. sobre o seguinte: “a NOVATEC*
105 *CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. não atendeu o item 7.2.3.1., C.1.1,*
106 *informamos que o profissional Sr. Alexandre Albuquerque Teixeira é integrante do seu*
107 *quadro permanente como sócio/diretor e faz parte do quadro de responsável técnico da*
108 *empresa. c) Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante Certidão(ões) de*
109 *Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia –*
110 *CREA ou Conselho Profissional competente, em nome de profissional(ais) reconhecido pela*
111 *entidade competente, integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante na data*
112 *prevista para a entrega da Proposta, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m)*
113 *Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT por execução de obra(s)*
114 *e/ou serviço(s) de características compatíveis e semelhantes às do objeto deste Edital e seus*
115 *anexos, relativas às parcelas de maior relevância relacionadas abaixo: c.1) A comprovação*
116 *de que o profissional indicado na presente alínea integra o quadro permanente da empresa*
117 *licitante far-se-á através da apresentação de cópia dos seguintes documentos: c.1.1)*
118 *Contrato de trabalho por tempo indeterminado; e/ou. c.1.2) Carteira de Trabalho e*
119 *Previdência Social – CTPS; e/ou. c.1.3) Ficha de Registro de Empregados; e/ou. c.1.4)*
120 *Contrato de Prestação de Serviço; e/ou c.1.5) Contrato Social e a sua última alteração (caso*
121 *exista alteração), na hipótese de o profissional ser sócio da empresa licitante, ficando*
122 *dispensados os documentos exigidos nas alíneas “c.1.1” a “c.1.4” supra. (grifo nosso). Com*
123 *relação a alegação da TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.*
124 *sobre o seguinte: Quanto a Licitante CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS*
125 *LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, não atende o item 7.2.3.1, ‘g’; Não atende o*
126 *7.2.3.1, as certidões do CREA estão vencidas; Informamos que: A Licitante CSR –*
127 *CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA apresentou a certidão vencida do*
128 *CREA e não atende ao item 7.2.3.1, ‘a’ do edital. 7.2.3.1. A comprovação da Qualificação*
129 *Técnica está condicionada a apresentação de cópia dos seguintes documentos: a) Certidão*
130 *de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou*
131 *Conselho Profissional competente no Estado de sua sede ou do seu domicílio; (grifo nosso).*
132 *A licitante CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA não apresentou a*
133 *Licença de Operação de Usina de Asfalto. g) Licença de Operação fornecida pelo órgão e/ou*
134 *entidade ambiental competente da Usina de Asfalto de propriedade da Licitante que será*
135 *utilizada na execução do objeto licitado. Na falta de Usina de Asfalto própria, a Licitante*
136 *poderá apresentar a Licença de Operação da Usina de Asfalto de terceiro que será utilizada*
137 *na execução do objeto licitado, desde que acompanhada de Termo de Compromisso de*
138 *Fornecimento firmado entre a Licitante e o proprietário da respectiva Usina de Asfalto*



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DER/SE
Fls.: 1690
Rubrica: [assinatura]

(Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara do TCU e Agravo de Instrumento 837832/MG do STF);
Com relação a licitante TOP ENGENHARIA LTDA, esta não atende o item 7.2.3.1, alínea
“g” do Edital. Pois, esta apresentou apenas uma Licença Ambiental Simplificada de uma
usina de asfalto, e não a licença de operação como previsto no edital. Além disso, consta nas
suas condicionantes, a necessidade de Licença Ambiental de Operação a depender do porte
do empreendimento.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Processo n.º: 151/2022
Validade: 01 ANO
Venc.: 29/03/2023.

Condicionantes (Vide-Verso)

Empreendedor: TOP ENGENHARIA LTDA
Nome:
Atividade Principal: USINA DE ASFALTO
Endereço: RUA ROD. BA 120 - PROX GANFLEX - ZONA RURAL, GANDU - BA
CNPJ: 14.448.260/0001-39

Gandu, 29 Março de 2022.

João Jorge de Almeida
Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Patrícia S. Moreira
Diretora Municipal de Meio Ambiente

João Carlos Guedes de Souza
Diretor de Recursos Municipais

Wesley José, Nº 51, Centro - CEP: 45.450-000 - GANDU/BA
CNPJ: 14.155.154/0001-21

73 3254-0382
73 3254-0388

www.gandu.ba.gov.br

CONDICIONANTES

A validade desta Licença emitida condicionada ao cumprimento da Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal em vigor.

Os empreendimentos implantados a partir de 21/11/2003 estão sujeitos as Licenças Ambientais (Localização, Implantação, Ampliação, Operação e Renovação Periódica) ou, a depender do porte do empreendimento, a Autorização Ambiental. Para uma mesma empresa, que possua várias unidades de produção, com diferentes localizações, a licença ou Autorização Ambiental é obrigatória e específica para uma de suas unidades. A validade desta licença está ainda condicionada ao cumprimento das seguintes exigências normativas:

- I- Monitoramento dos níveis de ruído da usina por meio de emissões de compactação e potencialidade de ruído;
- II- Atender e cumprir as normas do Código CEPRAM e CONAMA estabelecidas para área de construções;
- III- É determinante evitar poluição da área e circunvizinhanças, por parte do empreendimento;
- IV- Em caso de desmontamento de qualquer das condicionantes a post é de uma simples multa até a interdição do estabelecimento;
- V- A todos e quaisquer orientações por parte desta Secretaria que venham a serem interpretadas mediante inspeção, comprovação de documentos, negligências, omissões e/ou legislações vigentes;
- VI- Implantação do plano de contingência pr controle e contenção de vazamento de óleo e similares utilizados na usina;
- VII- Monitoração periódica no filtro de mangas;
- VIII- Armazenar em local apropriado os combustíveis e óleos lubr, podendo ser colocados almotofes ou tanques abertos no solo, sob a tampa;
- IX- Destinação adequada de resíduos gerados fora do processo industrial/RSU- O PGRS designa onde resíduos pr o aterro municipal, porém o município não possui aterro sanitário- Reduzir e atualizar esse item;
- X- Cuspir o estabelecido no Plano de gerenciamento de Resíduos Sólidos- PGRS, na justificativa não apresentação do relatório técnico de emissão de particulados e no Programa de Gerenciamento de Ruído - PGR.

Wesley José, Nº 51, Centro - CEP: 45.450-000 - GANDU/BA
CNPJ: 14.155.154/0001-21

73 3254-0382
73 3254-0388

www.gandu.ba.gov.br

Aduz o edital: 7.2.3.1. A comprovação da Qualificação Técnica está condicionada a
apresentação de cópia dos seguintes documentos: (...) g) Licença de Operação fornecida pelo
órgão e/ou entidade ambiental competente da Usina de Asfalto de propriedade da Licitante
que será utilizada na execução do objeto licitado. Na falta de Usina de Asfalto própria, a



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



185 Licitante poderá apresentar a Licença de Operação da Usina de Asfalto de terceiro que será
186 utilizada na execução do objeto licitado, desde que acompanhada de Termo de Compromisso
187 de Fornecimento firmado entre a Licitante e o proprietário da respectiva Usina de Asfalto
188 (Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara do TCU e Agravo de Instrumento 837832/MG do STF);
189 Percebe-se que, no Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara o Tribunal de Contas da União já
190 julgou plenamente devida especificamente a mesma exigência ora analisada, ou seja,
191 exatamente a possibilidade de exigência de Licença de Operação de Usina de Asfalto
192 justamente na Fase de Habilitação: 9. (...) o edital exigia a apresentação de documentos
193 comprobatórios da regularidade ambiental da usina de asfalto (no caso, Licença de
194 Operação emitida pelo IDEMA, conforme a mencionada resolução do CONAMA). (...) 12.
195 Entendo, ainda, que as exigências editalícias não só não feriram o § 6º do art. 30 da Lei nº
196 8.666/93 (objeto de questionamento no acórdão recorrido), como, na verdade, vieram ao
197 encontro da pretensão legal. É que a regularidade ambiental — requerida de forma
198 indistinta de todos os licitantes — pode ser vista como uma necessidade essencial para que
199 o objeto da licitação seja executado sem o comprometimento ambiental. (...) 16. (...) a
200 instrução realizada pela Serur apresenta decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal,
201 em que a Corte Constitucional entendeu lícito exigir a apresentação do licenciamento
202 ambiental já na fase de habilitação das licitantes. Reproduzo novamente neste Voto excerto
203 da Ementa do Agravo de Instrumento 837832 MG: (...) (TCU, Acórdão nº 6047/2015-2ª
204 Câmara, Relator Ministro Raimundo Carreiro, Sessão de 25/08/2015) (grifos nossos)
205 Observe-se que no supracitado Acórdão nº 6047/2015-2ª Câmara o TCU fundamenta a sua
206 decisão em entendimento estipulado inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, mais
207 precisamente no julgamento do Agravo de Instrumento 837832 MG transcrito adiante,
208 sepultando de vez qualquer discussão sobre a matéria: DECISÃO: Trata-se de agravo de
209 instrumento contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário que impugna
210 acórdão assim ementado: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA. DECISÃO DE
211 INABILITAÇÃO EM PREGÃO. EXIGÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.
212 DECRETO Nº 44.122/05. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. No
213 exercício de sua competência regulamentar, o Poder Executivo poderá exigir a
214 apresentação de licenciamento ambiental para habilitação de empresa em licitação para
215 aquisição de bens móveis, já que se afigura exigência de qualificação técnica que não
216 implica discriminação injustificada entre os concorrentes, assegura a igualdade de
217 condições entre eles e retrata o cumprimento do dever constitucional de preservação do
218 meio ambiente. A Administração Pública, além de observar a igualdade de condições a todos
219 os concorrentes, também atenderá aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório
220 e do julgamento objetivo (art. 3º, Lei nº 8.666/93). A aplicação da pena por litigância de má-
221 fé deve ser dada apenas nos casos de indubitosa prática de dolo processual. Recursos
222 conhecidos, mas não providos” (fl. 339). No recurso extraordinário, interposto com
223 fundamento no artigo 102, III, “a”, da Constituição Federal, sustenta-se ofensa aos artigos
224 5º, XXXV, LIV e LV; 22, XXVII; 37, XXI e 93, IX, do texto constitucional. A recorrente alega,
225 em síntese, que “a exigência constante do edital, bem como o Decreto Estadual nº
226 44.122/2005, padecem de evidente inconstitucionalidade, porque não pode o Estado de Minas
227 Gerais criar exigências não previstas na lei nacional de licitações e contratos, menos ainda
228 poderia fazê-lo por meio de Decreto”. **Decido.** O recurso não merece prosperar.
229 Inicialmente, cumpre registrar que a jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no
230 sentido de que a alegação de violação aos postulados da legalidade, da ampla defesa, do



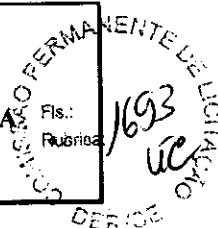
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



contraditório, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios e da prestação jurisdicional configura ofensa reflexa à Constituição Federal. Nesse sentido: AI-AgR 701.567, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 27.8.2010; AI-AgR 728.267, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 27.8.2010 e AI-AgR 702.750, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 6.8.2010. Ultrapassada essa questão, no que diz respeito à exigência de apresentação de licenciamento ambiental para a compra de produtos derivados de madeira e insumos pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais, prevista no Decreto nº 44.122/05 e no Edital do Pregão em tela, o acórdão recorrido assim assentou: “Na verdade, foi lançado mão desta competência que o Estado expediu o Decreto impugnado pela apelante, que sem estipular exigências discriminatórias, mas no intuito de conferir segurança e eficácia ao projeto de política ambiental, afinando-o com o interesse público, dispôs que a Administração Pública Estadual somente poderá adquirir produtos derivados de madeira se o fornecedor demonstrar certidão de regularidade ambiental. Tal exigência não ofende a igualdade de condições entre os concorrentes, permite a competitividade entre os interessados, imprescindível na licitação, e abarca os princípios da impessoalidade e igualdade ou isonomia, a serem observados pelo administrador público. Sendo assim, a exigência hostilizada pela apelante não atenta contra os princípios que regem a atividade licitatória; pelo contrário, tende a promover a defesa e preservação do meio ambiente, que é um dever precípua do Poder Público e da coletividade (art. 225 da CF/88), de competência comum a todos os entes federados (art. 23, VI da CF/88)”. O acórdão recorrido, portanto, está em sintonia com a jurisprudência da Corte, no sentido de que exigências de qualificação técnica e econômica podem ser estipuladas, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Nesse sentido: ADI nº 2716, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJe 7.3.2008 e ADI nº 3070, Rel. Min. Eros Grau, DJe 19.12.2007. Ademais, para se chegar a conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, faz-se imprescindível o reexame de normas locais e a interpretação de cláusulas editalícias, providências vedadas em sede recurso extraordinário, nos termos das Súmulas 280 e 454 do STF. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, § 1º, do RISTF e 557, caput, do CPC). (STF, Agravo de Instrumento 837832 MG, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgado em 15/02/2011, DJe -037 divulgado em 23/02/2011 e publicado em 24/02/2011.) (destacamos) A licitante CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. não apresentou a Declaração de Indicação de Responsável Técnico, do item 7.2.3.1, ‘d’, e portanto, não atende ao edital. d) Indicação do Responsável Técnico, cuja substituição durante a execução do contrato só será possível por profissional igualmente qualificado, mediante a expressa aprovação da fiscalização do DER/SE, conforme modelo Anexo; (grifo nosso) Ainda sobre a CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA informamos que a CAT 857582/2021 emitida pela Prefeitura Municipal de São Luís para a Construtora Luiz Costa Ltda. não serve para comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, haja vista não ter sido emitida em nome do profissional e não apresentou a ART do profissional vinculada a CAT supracitada.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



Página 2/8



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2000

CREA-MA

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
857582/2021
Atividade em andamento

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**
Endereço do contratante: **AVENIDA AVENIDA PEDRO II, S/N**
Complemento:
Cidade: **SÃO LUÍS**
Contrato: **61/2019**
Valor do contrato: **R\$ 84.029.784,47**
Ação Institucional: **Outros**
Endereço da obra/serviço: **OUTROS DIVERSOS**
Complemento:
Cidade: **SÃO LUÍS**
Coordenadas Geográficas: **-2.527829, -44.304754**
Data de início: **06/08/2020**
Finalidade: **Infraestrutura**
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**
Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #A0505 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA 53 - EXECUCAO 33720.00 metro cúbico; 7 - EXECUÇÃO #A0505 - DRENAGEM 53 - EXECUCAO 17702.00 metro;**

CPF/CNPJ: **06.307.102/0001-30**
Nº: **S/N**

Bairro: **CENTRO**
UF: **MA**
CEP: **65010904**

Bairro: **DIVERSOS**
UF: **MA**
CEP: **65010904**

Observações:
EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, TAIS COMO: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PROFUNDA LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS. 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2019 É REFERENTE AO AUMENTO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Número de ART: **MA20210411985** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **13/04/2021**
Forma de registro: **COMPLEMENTAR** Participação técnica: **CO-RESPONSÁVEL**
Empresa contratada: **CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**
Endereço do contratante: **AVENIDA AVENIDA PEDRO II, S/N**
Complemento:
Cidade: **SÃO LUÍS**
Contrato: **61/2019**
Valor do contrato: **R\$ 84.029.784,47**
Ação Institucional: **Outros**
Endereço da obra/serviço: **OUTROS DIVERSOS**
Complemento:
Cidade: **SÃO LUÍS**
Coordenadas Geográficas: **-2.527829, -44.304754**
Data de início: **31/12/2020**
Finalidade: **Infraestrutura**
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**
Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #A0505 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA 53 - EXECUCAO 33720.00 metro cúbico; 7 - EXECUÇÃO #A0505 - DRENAGEM 53 - EXECUCAO 17702.00 metro;**

CPF/CNPJ: **06.307.102/0001-30**
Nº: **S/N**

Bairro: **CENTRO**
UF: **MA**
CEP: **65010904**

Bairro: **DIVERSOS**
UF: **MA**
CEP: **65010904**

Observações:
EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA, TAIS COMO: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PROFUNDA LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2019 É REFERENTE AO AUMENTO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Número de ART: **MA20210428661** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **17/06/2021**
Forma de registro: **COMPLEMENTAR** Participação técnica: **CO-RESPONSÁVEL**
Empresa contratada: **CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**
Endereço do contratante: **AVENIDA AVENIDA PEDRO II, S/N**
Complemento:
Cidade: **SÃO LUÍS**
Contrato: **61/2019**
Valor do contrato: **R\$ 84.029.784,47**
Ação Institucional: **Outros**
Endereço da obra/serviço: **OUTROS DIVERSOS**
Complemento:
Cidade: **SÃO LUÍS**
Coordenadas Geográficas: **-2.527829, -44.304754**
Data de início: **01/05/2021**
Finalidade: **Infraestrutura**

CPF/CNPJ: **06.307.102/0001-30**
Nº: **S/N**

Bairro: **CENTRO**
UF: **MA**
CEP: **65010904**

Bairro: **DIVERSOS**
UF: **MA**
CEP: **65010904**

Portanto, para efeito de Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional do profissional Éder Buzio Alcine, possui a CAT 793832/2017. Entretanto, só atende ao item 2 - Execução de concreto asfáltico – faixa C – areia e brita granítica comerciais, sem fornecimento e transporte de material betuminoso, exclusive carga e transporte de agregados e do concreto. E não atende ao item 1 - Execução de base ou sub-base de brita graduada com brita granítica comercial, exclusive carga e transporte de agregados. c) Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente, em nome de profissional(ais) reconhecido pela entidade competente, integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante na data prevista para a entrega da Proposta, que demonstre(m) que o(s) mesmo(s) possua(m) Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT por execução de



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
P.S.: 1694
P.Única: ue
DER/SE

obra(s) e/ou serviço(s) de características compatíveis e semelhantes às do objeto deste Edital e seus anexos, relativas às parcelas de maior relevância relacionadas abaixo: (grifo nosso) 1 - Execução de base ou sub-base de brita graduada com brita granítica comercial, exclusive carga e transporte de agregados; 2 - Execução de concreto asfáltico – faixa C – areia e brita granítica comerciais, sem fornecimento e transporte de material betuminoso, exclusive carga e transporte de agregados e do concreto. As certidões de registro da licitante TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA. no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente no Estado de sua sede ou do seu domicílio do Após análise das outras licitantes, informamos que estão na validade. Durante o período de análise dos documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, sobreveio ao autos o ofício Ofício nº 204/2023 encaminhado pela ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – ADEMA comunicando que a Licença de Operação Ambiental apresentada pela SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA, encontra-se suspensa, em função de irregularidades.



GOVERNO DE SERGIPE
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Página: 1 de 2

Ofício nº 204/2023-ADEMA

Aracaju, 16 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Anderson das Neves
Diretor-Presidente do DER/SE
Avenida São Paulo, nº 3005-José Conrado de Araújo
CEP: 49.085-380 Aracaju/SE

Assunto: Empreendimentos com Licenças Ambientais suspensas

Senhor Presidente,

Conforme solicitado, vimos informar que os empreendimentos abaixo relacionados encontram-se com as licenças ambientais suspensas, em função de irregularidades.

Seguem abaixo Licenças:

Camel Empreendimentos e Construções Ltda
Licença de Operação nº 50/2020
CNPJ: 05.325.897/0001-47
Atividade: Usina móvel de fabricação de massa asfáltica

Esse Engenharia Sinalização e Serviços Especiais Ltda
Licença de Operação nº 222-2/2019
CNPJ: 40.869.463/0005-32
Atividade: Usina móvel de fabricação de massa asfáltica

Scave Serviços de Engenharia e Locação Ltda
Licença de Operação nº 311/2022
CNPJ: 01.514.128/0001-36
Atividade: Usina móvel de fabricação de massa asfáltica

Atenciosamente,



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

Deborah Cristina de Andrade Menezes Dias
Diretor(a) Presidente

300
301



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
DE SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL



IV – Conclusão. De acordo com a análise efetuada acima, entendemos que as licitantes: CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA e TOP ENGENHARIA LTDA, devem ser declaradas INABILITADAS TECNICAMENTE e as licitantes: HECA CONSTRUTORA LTDA, NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÕES LTDA devem ser declaradas HABILITADAS TECNICAMENTE.. É o Parecer, S.M.J.” Diante do exposto, com base no Parecer Técnico referido alhures da Diretoria Técnica – DITEC do DER/SE, a Comissão julga **INABILITADAS** as Licitantes: **CONSTRUMASTER CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CSR – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA e TOP ENGENHARIA LTDA.**, por não ter atendido todas as exigências constantes do Edital. Quanto as demais Licitantes **HECA CONSTRUTORA LTDA, NOVATEC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÕES LTDA** a Comissão julga **HABILITADAS**, por atenderam às exigências de Habilitação do Edital e da Lei Federal nº 8.666/1993. Por fim, o Presidente determinou que as Licitantes fossem intimadas da presente decisão, na forma da Lei nº 8.666/1993, assegurando-lhes o direito à interposição de recurso. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião lavrando-se a Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

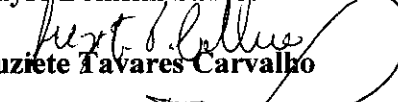
Aracaju/SE, 20 de março de 2023.


Frederico Galindo de Góes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Membros:


Dayse Bomfim Santos


Luziete Tavares Carvalho


Silvia Fernanda Silveira Abril


Vaneide Souza Coelho Menezes



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fis. 1909
Pública
DER/SE

Ata de reunião para abertura das **Propostas de Preços da CONCORRÊNCIA Nº 28/2022**, que tem como objeto: **“Restauração da rodovia SE-160, do segmento de trecho: Entr. SE-245 (Riachuelo) / Entr. BR-235, PNV 160ESE0110 à PNV 160ESE0130, com extensão aproximada de 12,80 km, neste Estado,”** nos termos do Edital e seus ANEXOS.

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às onze horas, com tolerância quinze minutos, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação do DER/SE, sob a presidência do Bel. Frederico Galindo de Góes, constituída pela Portaria nº 006/2023, do Diretor Presidente do DER/SE, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, bem como da Lei Estadual nº 5.848/2006, a fim de abrir os Envelopes Nº 04 – PROPOSTA DE PREÇOS e Nº 05 – CD - Proposta de Preços da **CONCORRÊNCIA Nº 28/2022**, conforme objeto acima descrito. Inicialmente, o Presidente da Comissão declarou aberta a sessão, fazendo constar à presença das Licitantes: **SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.** representado pelo Sr. Waldir Martins Junior, e **TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.** representada pela Srª. Semária Lima Moura, ambos devidamente credenciados no certame. Em seguida, o Presidente da Comissão deu ciência aos presentes que chegou à Comissão o Ofício protocolizado sob o nº 026203.05702/2023-1 diretamente pela Licitante **SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.** comunicando a concessão de Liminar pela 12ª Vara Cível da Comarca de Aracaju/SE nos autos do Mandado de Segurança nº 202311200690 determinando a reabilitação provisória da Licitante e o direito à abertura da sua Proposta de Preços. Considerando, por um lado, que o DER/SE e a Comissão ainda não foram oficialmente intimados da relatada Liminar diretamente pelo Poder Judiciário como condição para poder efetivamente lhe dar cumprimento, mas, por outro lado, com intuito de evitar prejuízos à Licitante e afastar qualquer eventual alegação de descumprimento de ordem judicial, a Comissão decide suspender a sessão, para aguardar que seja oficialmente intimada da alegada decisão judicial e posteriormente convocar nova sessão para prosseguimento do certame. Em seguida, os representantes das Licitantes foram arguidos quanto ao interesse em registrar manifestações. Por sua vez, a Licitante **SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.** argumentou que: “Apesar da decisão da Comissão suspender o presente certame, por entender que não foram intimados “Oficialmente”, cumpre-se ressaltar a presença do advogado da empresa, o qual tem fé pública para realização da intimação conforme Art. 269 CPC. Importante ressaltar ainda, que a devida liminar fora protocolada (026203. 05702/2023-1) neste órgão antes da abertura da ata, ou seja, tomaram conhecimento da liminar, e ainda assim decidiram pela suspensão, diga-se de passagem descumprindo decisão judicial, o qual tipifica crime conforme art. 330 do Código Penal. Pelo exposto, registra o seu protesto, e requer o imediato cumprimento da liminar, o qual passo a transcrever: “Ante tais considerações, CONCEDO a medida liminar pretendida, determinando a autoridade coatora que HABILITE, PROVISORIAMENTE, a **SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.**, possibilitando a abertura do envelope com sua proposta de preço na sessão designada para hoje, 02/05/2023, considerando todo o aduzido no presente Decisum, nos termos acima e anteriormente declinados.” Ato contínuo, diante de toda a celeuma, a Comissão informou que, para melhor análise dos fatos e de modo a evitar equívocos e a condução açodada do certame, decide se utilizar da prerrogativa legal que lhe



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
INFRAESTRUTURA – SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE
SERGIPE – DER/SE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fls.: 190
Rubrica: CC
DER/SE

confere o direito de suspender toda e qualquer sessão do certame para melhor análise dos documentos, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993 e do item 10.3.12. do Edital, que assim dispõe: “Caso julgue necessário, a Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a reunião, para análise da documentação, realização de diligências ou consultas, remarcando dia, hora e local para continuação da reunião, na qual será dada ciência do julgamento das Propostas de Preço e declarada a licitante vencedora, devendo tudo ser registrado em ata;” Portanto, até mesmo em razão do adiantamento do horário, que poderá prejudicar as demais sessões marcadas para esta mesma data, trata-se de simples adiamento da presente sessão, que consiste em prerrogativa exclusiva da própria Comissão, e não de negativa de cumprimento da alegada Liminar do Mandado de Segurança nº 202311200690 ou de negativa de abertura da Proposta de Preços da Licitante SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA., o que poderá ser regularmente realizado em nova sessão a ser designada, sem qualquer prejuízo à mencionada Licitante. Nada mais havendo a ser tratado, lavra-se a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes, entregando-se cópia da mesma a todos.

Aracaju/SE, 02 de maio de 2023.

Frederico Galindo de Góes

Presidente da Comissão de Licitação

Membros:

Dayse Bomfim Santos

Luziete Tavares Carvalho

Silvia Fernanda Silveira Abril

Vaneide Souza Coelho Menezes

LICITANTES:

SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA.

TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA.